



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

CONTRIBUIÇÕES DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL PARA AFILIAÇÃO À UNIVERSIDADE

Lorrane Beatriz Rodrigues Firmino; Lorena Cabral de Lima Santos;
Monalisa Peixoto Soares; Maria Smith Pereira; Virginia Teles Carneiro.

Universidade Federal de Campina Grande – lorrane.firmino@hotmail.com

Partindo da premissa de que a maior dificuldade para o estudante de origem popular não é apenas ingressar na universidade, mas permanecer nela e concluir o curso, o presente estudo visa compreender como a assistência estudantil contribui para a afiliação dos estudantes à universidade. Temos como bases principais a Etnometodologia, que estuda os processos da vida cotidiana, e o conceito de afiliação do sociólogo Alain Coulon, que diz respeito ao processo de se tornar membro em um novo grupo. Para a coleta de dados, optamos pela observação participante e pela entrevista semiaberta. Participaram cinco estudantes de origem popular da UFCG do campus de Campina Grande, que estavam sendo beneficiados por três tipos de assistência estudantil (auxílio transporte, restaurante universitário e residência universitária). A interpretação dos dados se deu pela Análise Temática, modalidade da Análise de Conteúdo. As temáticas encontradas se referem: aos eventos que acontecem antes do ingresso na universidade e são importantes que isso aconteça; ao início da vida universitária e suas principais dificuldades; as políticas de assistência na visão do estudante; e por fim, a relação entre políticas de assistência e afiliação. Verificamos que a vivência nas residências favorecem a afiliação e permanência dos estudantes, e por isso devem ter uma atenção melhor por parte da instituição.

Palavras-chave: Estudantes universitários, assistência estudantil, afiliação.



INTRODUÇÃO

A educação vem sendo reconhecida como direito fundamental do homem. Ao observar a história da educação no Brasil, percebe-se que as tentativas de reforma do ensino superior são fragmentadas e, obviamente, ocorreram em torno do contexto político, econômico e histórico de cada época. Uma das principais medidas mais recentes que provocou mudanças importantes no ensino público superior brasileiro foi a criação, em 2003, do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), programa que tem ampliado o acesso à educação superior através de expansões físicas, aumento do número de vagas ofertadas, uma oferta maior de cursos noturnos, entre outras medidas, com o propósito de diminuir as desigualdades do país.

Duas ações em consequência do Reuni são centrais para a pesquisa aqui relatada. A primeira é conhecida como a Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012), na qual é determinada a reserva de vagas em instituições federais para estudantes que tenham cursado todo o ensino médio em escola pública, de baixa renda e para negros, pardos ou índios. A segunda é o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), regido pelo Decreto nº 7.234, de Julho de 2010, que visa apoiar a permanência de estudantes com baixa renda matriculados nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) em cursos de graduação presencial. As ações são executadas pelas próprias IFES, inclusive os critérios de seleção, e deve oferecer assistência à alimentação, moradia, transporte, saúde, cultura, esporte, creche, inclusão digital e apoio psicopedagógico. O principal objetivo do PNAES é equalizar as oportunidades entre os estudantes, que, através de medidas que combatem a repetência e a evasão, podem contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico.

A “lei de cotas” foi publicada em 2012, mas várias universidades já haviam aderido a algum sistema de cotas ou bônus, o que não foi o caso da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), que instituiu seu sistema de reserva de vagas apenas após a publicação da Lei. Esse fato gera questionamentos também sobre o modo de implantação do PNAES na instituição, pois embora a reserva de vagas possa ser considerada um grande avanço, para uma maior integração de um público que tinha pouco acesso à educação superior, as



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

dificuldades não acabam aí. É sabido que ingressar em uma universidade pública envolve muitos custos: desde a possibilidade de aluguel e contas residenciais (quando há a necessidade de mudança para outra cidade ou até para as proximidades do campus universitário) até gastos com passagem e alimentação, sem esquecer os gastos com material didático, livros, apostilas e materiais extras exigidos por alguns cursos. Sabe-se que a partir do momento que se inicia um processo de ampliação de medidas de inclusão à educação superior, se faz necessário a implantação de políticas assistenciais ao estudante. Silveira (2012) chama atenção para um novo perfil de estudantes nas universidades federais para os quais a assistência é indispensável a fim de garantir a permanência na universidade. É imprescindível dar subsídios ao estudante para que este possa adaptar-se e garantir sua permanência na universidade.

Uma temática diretamente relacionada à permanência do estudante é a afiliação, conceito desenvolvido pelo sociólogo francês Alain Coulon (2008, p.32), que o define como “o método através do qual alguém adquire um status social novo”. Carneiro (2010, p.43) pensa em afiliação como “um processo contínuo, que se repete ao longo da vida do sujeito, cada vez que se coloca para ele a tarefa de tornar-se membro de um novo grupo e assimilar novas funções, desenvolver novas habilidades”. Depois de muitas mudanças e uma separação da vida pré-universitária, saber se adaptar aos novos códigos e rotina é necessário, pois de nada adianta a entrada na universidade se o estudante não consegue se afiliar, tanto institucionalmente como intelectualmente.

Coulon (2008) caracteriza por afiliação institucional o que permite ao estudante compreender a organização do sistema institucional que dá suporte ao ensino. Quando o estudante consegue interpretar, usar e jogar com as regras da instituição, desvendar aquelas que estão escondidas e empregá-las na construção de seu trajeto individual, a afiliação institucional é considerada bem sucedida (SAMPAIO; SANTOS, 2012). A afiliação intelectual é, conforme Coulon (2008), o método através do qual os estudantes passam a compreender, antecipadamente, aquilo que lhes será solicitado academicamente, isto é, “saber identificar o trabalho não solicitado explicitamente, saber reconhecê-lo e saber quando finalizá-lo” (p.259). Quando essa competência se transforma em rotina, o processo de afiliação intelectual aconteceu com êxito.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Estar afiliado é se tornar membro de um novo grupo e, para tanto, é necessário dominar a linguagem e a organização do grupo e, além disso, não apenas sentir-se como membro, mas demonstrar que se tornou um deles. A afiliação é condição para a permanência, ou seja, para Coulon (2008), o estudante que não se afilia desiste ou fracassa. Diante do exposto, a pesquisa aqui relatada teve como propósito buscar compreender se e como os programas de assistência estudantil da Universidade Federal de Campina Grande tem cooperado para a afiliação de seus estudantes a um novo universo com que se deparam: a vida universitária.

MATERIAL E MÉTODOS

Utilizamos como base teórico-metodológica a Etnometodologia, para buscar compreender empiricamente que artifícios os indivíduos utilizam para dar sentido e, ao mesmo tempo, realizar as suas ações de todos os dias. A Etnometodologia é o estudo dos “processos que são utilizados na vida cotidiana, continuamente, mas sem lhes prestar atenção” (LAPASSADE, 2005, p.43). Assim sendo, o método qualitativo foi escolhido porque o que nos interessa são os significados, motivações, valores e representações, visando as noções particulares de cada sujeito. Optamos pela entrevista semiestruturada, a partir da qual se investigou sobre: a decisão de continuar estudando; a entrada na universidade; as diferenças sentidas pelos estudantes entre o ensino médio e o superior; de que modo teve conhecimento e como foi o processo para ingressar nos programas assistenciais; se caso houve, como foi o tempo que ficou sem assistência; se e como a assistência influencia na rotina e na adaptação à universidade; a relação entre os residentes e a qualidade dos programas de assistência.

A amostra foi constituída por conveniência, com cinco estudantes, cada um pertencente a um dos centros do campus de Campina Grande (Centro de Humanidades - CH, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde - CCBS, Centro de Engenharia Elétrica e Informática - CEEI, Centro de Ciências e Tecnologia – CCT, e Centro de Tecnologia e Recursos Naturais - CTRN) para conhecer a realidade no que se refere às variedades de área e tendo como critério principal participar de programas de assistência estudantil. Como tínhamos o propósito de verificar como tem ocorrido a entrada na universidade e o acesso aos programas assistenciais,



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

o participante deveria preferencialmente estar cursando a primeira metade do curso de graduação.

Para manter o anonimato, eles serão nomeados como Estudante 1 (E1), Estudante 2 (E2), Estudante 3 (E3), Estudante 4 (E4) e Estudante 5 (E5), de acordo com a ordem cronológica das entrevistas. Os entrevistados cursam, respectivamente, Psicologia - CCBS, Engenharia Mecânica - CCT, Ciências da Computação - CEEI, Engenharia de Minas – CTRN, e Economia - CH. Todos os participantes cursaram o Ensino Médio em escolas públicas e são de baixa renda.

Para análise dos dados, utilizamos a Análise Temática sugerida por Minayo (2006), que é uma modalidade de Análise de Conteúdo de Bardin (2006), buscando os temas e núcleos de sentido, sejam palavras ou frases, cuja frequência seja significativa para o objetivo da análise. Para tal, demos cumprimento a uma leitura exaustiva das entrevistas que originou o mapa temático, um recurso utilizado para agruparmos as falas dos participantes de acordo com assuntos semelhantes que, assim, deram origem aos temas e categorias. Uma releitura concisa do arcabouço teórico mostrou consistência nos dados encontrados que serão apresentados a seguir.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através do estudo de As Microsociologias de Lapassade (2005) tivemos auxílio na compreensão da vida em grupo através das teorias e dispositivos de pesquisa microsociológicos. Autores como Coulon (2008), Piotto (2008), Carneiro (2010; 2011), Silveira (2012), entre outros, que trazem uma contextualização acerca de vida universitária que envolve mudanças, adaptação, afiliação, permanência e políticas de assistência estudantil.

Todos os participantes moram em residência universitária, fazem uso do Restaurante Universitário e tem auxílio transporte no valor de R\$120,00. Os participantes não eram residentes de Campina Grande e se mudaram para a cidade quando foram aprovados para ingressar na universidade e buscar oportunidades através dela. Nas entrevistas, o principal auxílio referido pelos estudantes é a residência estudantil, pois através dela eles conseguem



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

não apenas a moradia, mas as refeições (café-da-manhã, almoço e jantar) – que são oferecidas vinculadas ao R.U., mas nas próprias residências estudantis – e o auxílio transporte, que é oferecido apenas para o estudante residente.

A seguir apresentamos os temas e as principais categorias encontradas, estas últimas destacadas em negrito.

1. Antes da vida universitária: Nessa temática reunimos episódios que precedem a entrada na universidade e são decisivas para que isso aconteça. Piotto (2008) afirma que a posição ocupada tanto na família quanto na escola é um dos fatores que explicam a permanência na escola e o alcance de níveis superiores de escolarização. A partir disso observamos que em famílias onde muitas vezes não há nenhum parente que tenha ido à universidade, podemos perceber a **importância dos professores na escola** para tratar de temas relacionados à universidade. Piotto (2008) apresenta em seu estudo sobre trajetórias escolares em camadas populares que a aproximação dos professores é um aspecto importante, pois através do reconhecimento e incentivo à dedicação, ao esforço e ao desempenho acadêmico, “o professor contribui para a construção da autonomia, segurança e autoestima desses estudantes” (2008, p. 711). Nas entrevistas podemos notar a participação de professores incentivando, orientando, auxiliando com leituras e explicações de documentos, e em alguns casos até contribuindo financeiramente.

Isso é percebido também quando os estudantes para escolherem em qual universidade irão tentar ingressar ou ao receberem o resultado da aprovação na universidade **pesquisam sobre a assistência na universidade** seja com conhecidos que fazem algum curso ou que já cursaram, como é o caso de alguns professores. Mas, segundo os participantes entrevistados, a busca de informações sobre programas de assistência na universidade é feita principalmente pela internet, seja no site da universidade, seja através de redes sociais. Isso aponta para a importância de ter material online atualizado e com uma linguagem acessível para os novos estudantes que estão chegando à universidade. O que não é o caso da UFCG, como nos mostra o E2 ao narrar sua experiência à procura de informações nos revela que conheceu as políticas de assistência pelo site da UFCG, mas segundo ele “*os editais que tem lá são muito*



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

antigos! Eu não fazia ideia, eu pensava que tava aberto o edital e na verdade não tava, porque o edital que tava lá era de 2005.1, (...) era muito antigo!”.

A decisão para alguns estudantes de baixa renda de ingressar em uma universidade depende de mais fatores do que apenas a aprovação. Como o incentivo para continuar os estudos, se a família tem possibilidades mínimas para mandar o estudante para uma cidade diferente, se há condições para se deslocar até a cidade da universidade e se essa oferece assistência estudantil são apenas alguns desses fatores para que esses estudantes venham a considerar prosseguir com a vida acadêmica.

2. O início da vida universitária: Verificamos nas entrevistas que entrar na universidade é um processo que traz muitas mudanças consigo e **rupturas simultâneas** podem ocorrer durante essa passagem, de acordo com Coulon (2008). Os estudantes sentem uma diferença impactante do que vivenciavam na época do ensino médio para a universidade, isso vem somado com uma saída da casa dos pais, do convívio familiar e da zona de conforto para enfrentar desafios e ter responsabilidades, o que o autor chama de ruptura na vida afetiva. Coulon (2008) também considera outras rupturas nas condições de existência que podem gerar ansiedade, algo que podemos constatar, por exemplo, no fato de morar em uma cidade que não se conhece e com pessoas que, inicialmente, também são desconhecidas e como isso influencia no seu modo de se comportar para poder conviver bem com os outros residentes. Piotto aborda essa questão quando apresenta as “dificuldades psicológicas advindas do distanciamento cultural e social do mundo familiar à medida que se trilham caminhos escolares mais longos” (2008, p. 714). Isso pode ser constatado quando o E2 fala que “*pra se adaptar no começo fica difícil, você sente saudade de casa, você sente vontade de desistir do curso e embora pra casa de novo, mas eu fui e fui me adaptando*”. A terceira ruptura que o autor aborda é a ruptura psicopedagógica. Nas entrevistas constatamos que os entrevistados sentem o déficit da escola pública quando desconhecem assuntos que seus colegas de escolas particulares já têm domínio, o que gera mais preocupações com a vida acadêmica. Além disso, a rotina de estudos, as exigências, as regras da universidade, a necessidade de desenvolver uma autonomia, ser mais independente, diferente do que acontece na vida escolar, e a diferença na relação com os professores acadêmicos quando comparam as



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

relações que tinham com os professores do ensino médio são pontos de mudanças simultâneas na vida dos estudantes.

Nesse cenário, **interagir é preciso para descobrir como funciona a universidade** e os auxílios estudantis. A procura de ajuda através de professores, funcionários, estudantes veteranos e os colegas de sala se mostra crucial para aprender o conteúdo acadêmico e o funcionamento da universidade. De acordo com Coulon (2008), quanto mais interações ocorrem, melhores são as condições para aprender a universidade e para desenvolver um sentimento de pertencimento. O autor ainda afirma que ser um estudante vai além de ir às aulas e realizar as atividades exigidas, ser um estudante “implica se vincular, dialogar, realizar atividades com outros estudantes que permitem a eles reconhecer que enfrentam os mesmos problemas, utilizam as mesmas expressões e partilham do mesmo mundo” (COULON, 2008, p. 109).

A busca de interação se mostrou importante, por exemplo, para se obter mais informações sobre a residência. O E2 fez amizades com os residentes para ter onde se alimentar nos finais de semana, já que o RU não abre nesse período, e posteriormente ele, como também o E1, descobriram por colegas que podiam ficar como hóspedes na residência enquanto não ocorria o processo de seleção. Aparentemente, não há uma grande iniciativa de divulgação por parte universidade, como se fosse uma política “escondida”. As conversas nos corredores da universidade informam mais que a própria universidade oficialmente, havendo risco de divulgação de informações contraditórias ou até mesmo errôneas. Sobre isso, Coulon (2008, p.133) comenta que “a informação real, prática, é passada tanto ou mais pelos colegas mais velhos do que pelos manuais e informações oficiais”. As relações também se mostram importantes para os estudantes aprenderem o conteúdo das disciplinas, seja com colegas de classe ou veteranos, seja pedindo dicas para o estudo, material emprestado, indicações de material.

O estudante rompe com suas antigas referências para encontrar as novas referências a fim de aprender como funciona o universo que está inserido e sobreviver a ele. O universo da escola se colocava, ao menos em parte, a serviço do aluno, disponibilizando informações, adiantando as formalidades de que se necessitava naquele ambiente (COULON, 2008). Ao



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

iniciar a vida universitária, o estudante se descobre em um novo mundo onde ele tem que assumir uma posição ativa, é ele quem deve localizar os lugares, procurar alguém que o possa ajudar, organizar documentos e horários, isto é, ele deve descobrir o que e como conseguir o que necessita para continuar sua jornada na universidade.

3. As políticas de assistência na visão do estudante: Podemos notar nas falas dos participantes como eles sentem a **necessidade de melhorias** nos programas assistenciais para que existam condições melhores para eles se dedicarem aos estudos. Eles reclamam da quantidade pequena de vagas que são ofertadas e das condições existentes para essa oferta. Porque mesmo sendo poucas vagas oferecidas por semestre, às vezes não existem condições para receber mais estudantes como residentes, seja porque a residência se encontra superlotada ou por causa das condições infraestruturais. A infraestrutura das residências é outro ponto que os participantes se queixam, o E3 fala sobre a necessidade de “*melhor infraestrutura pra gente estudar*”. Além disso, enxergam possibilidades de melhorias na qualidade da comida do restaurante universitário. O R.U. não oferece café-da-manhã, e alguns estudantes dependem do restaurante universitário desde o primeiro dia que chegam à cidade, para todas as refeições. O auxílio transporte, conta-nos o E2, é depositado sem regularidade, quando os estudantes dependem dele não só para se locomover, mas, como foi observado, para comprar alguns materiais para estudo. Os participantes também gostariam de ter um acompanhamento melhor dos estudantes, ou seja, prestar uma assistência não somente no âmbito material, mas no cotidiano das residências, sabendo o que se passa nelas e com os residentes. De acordo com Silveira (2012, p.99) é importante que “as residências universitárias, proporcionem local adequado para o estudante morar no período de graduação, ofertando um espaço de acolhimento e convivência para os acadêmicos”.

Apesar disso, é perceptível como os participantes valorizam os programas assistenciais e como o **auxílio estudantil é essencial**, como também Carneiro (2010, p.15) atenta para como “as políticas de democratização são essenciais, pois a universidade sempre esteve restrita a uma pequena parcela da população”. Apesar de comentarem a necessidade de uma atenção maior com os estudantes que tem assistência, uma melhora da infraestrutura para que assim eles possam estudar melhor e ter melhores resultados, os estudantes entrevistados não



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

estariam na universidade hoje se não fosse pelos programas de assistência ao estudante. Todos os cinco participantes dependeram de pelo menos um programa de assistência estudantil desde o primeiro mês que ingressaram na vida acadêmica e quatro deles afirmaram que se perdessem os auxílios não poderiam continuar estudando na universidade atualmente.

4. Políticas de assistência e afiliação: Os estudantes entrevistados não estariam na UFCG se não fosse pelos programas de assistência, mas a precariedade e a irregularidade de auxílios não passam segurança no cotidiano dos estudantes e isso influencia diretamente no rendimento acadêmico deles. Nas entrevistas ainda verificamos que os entrevistados não demonstram que se sentem “atrasados”, apresentam dificuldades semelhantes aos seus colegas quanto à sobrecarga de conteúdo, mas eles desenvolvem estratégias e rotinas de estudo para acompanhar os conteúdos das aulas apresentando uma **afiliação intelectual**. O E1 nos conta que *“por esforço próprio eu consigo acompanhar desde o princípio e por eu ser um aluno esforçado, que não diferencia muito das outras pessoas.”* De acordo com Coulon (2008), as três principais atividades que fundamentam a afiliação intelectual são: ler, escrever e pensar. Geralmente essas atividades são consideradas difíceis pelos estudantes e, segundo Sampaio e Santos (2012), “isso ocorre por conta da autonomia que lhes é atribuída para gerenciar sua própria vida acadêmica”. Nas entrevistas percebemos essa dificuldade no início do curso, mas os entrevistados não se mostram acomodados, mesmo com as insuficiências que tiveram no ensino da escola pública. O E4 fala que no começo do curso *“a deficiência era muito grande porque aqui exige aqueles macetes que você já tem que ter conhecimento e eu não tinha, ai tive que correr atrás do prejuízo. Fui atrás de professor, monitor, fazia minha parte, tirava dúvida”*. Para Coulon (2008), a afiliação é a aprendizagem da autonomia pela participação ativa em um trabalho coletivo. “Se afiliar, é então naturalizar, incorporando as práticas e os funcionamentos universitários para se tornar um membro competente da comunidade” (COULON, 2008, p.120).

A **afiliação institucional** ocorre quando as regras, códigos e rotina da instituição se tornaram familiar para o estudante; ele os conhece e também as suas exceções (COULON, 2008). Definida como a competência de entender e saber jogar as regras da instituição, no caso, a universidade, a “inteligência institucional” é, de acordo com Piotto (2008), um fator



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

importante para permanência nos estudos. Os participantes da nossa pesquisa, por terem que “se virar” de uma maneira maior e dependerem em maior grau da universidade, se mostram mais familiarizados com procedimentos, instruções, funcionários e ambientes da universidade, como podemos constatar em algumas falas como “*Eu como sou diretor da residência universitária a qual eu convivo e eu estou em constante diálogo com a PRAC*” (E1) e as várias visitas da E5 à secretaria do curso de Economia. De acordo com Coulon (2008, p.125), “os estudantes devem ter compreendido a lógica do raciocínio institucional que preside à instauração da regra para poder aplicá-la com sucesso”. O processo de afiliação, tanto no campo institucional como no intelectual, é necessário para uma graduação satisfatória, conforme Sampaio e Santos (2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fase inicial no mundo universitário é carregada de mudanças e desafios, e também decisiva para que se continue na universidade, e por isso precisa de atenção por parte da instituição. A assistência estudantil se apresenta como ferramenta crucial para a entrada na vida universitária, para o prosseguimento desta e para alcançar a conclusão do curso. Quando não se é possível garantir a permanência de seu público na instituição, as medidas de assistência deixam de cumprir sua finalidade. Para o estudante de baixa renda, a assistência estudantil apresenta a possibilidade de prolongar seus estudos e ter uma trajetória acadêmica, oportunidade que não seria considerável visto as condições financeiras de sua família.

Com a Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012) o número de estudantes de baixa renda que terão acesso à universidade irá aumentar, mas quantos deles poderão permanecer com tão poucas vagas nas residências, com residências superlotadas ou em condições precárias? Pudemos perceber que a política de moradia é de extrema importância para garantir a permanência do universitário, fato este que impede a evasão por consequência da família não ter condições de arcar com a despesa do estudante em morar fora da cidade de origem. Além disso, pode-se perceber a partir da interpretação dos dados coletados que os programas de assistência estudantil possibilitam a afiliação do estudante à universidade. A vivência na residência



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

universitária parece favorecer esse processo e, por isso, tão importante quanto aumentar as vagas de acesso ao ensino superior é possibilitar maneiras para que o estudante possa permanecer e concluir o curso de maneira satisfatória, ampliando as vagas de acesso às políticas de permanência e as realizando de forma adequada.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei n. 12.711 de 29 de Agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12711.htm>. Acesso em 29 de janeiro de 2015.

BRASIL, Decreto nº 7234 de 19 de Julho de 2010. Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, 2010. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/> Ato2007-2010/Decreto/D7234.htm>>. Acesso em 29 de janeiro de 2015.

CARNEIRO, A. S. C. **Caminhos universitários**: a permanência de estudantes de origem popular em cursos de alto prestígio. 2010. 102 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

COULON, A. **A condição de estudante**: a entrada na vida universitária. Salvador: EDUFBA, 2008.

LAPASSADE, G. **As microssociologias**. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo – Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO, 2006.

PIOTTO, D. C. **Trajetórias escolares prolongadas nas camadas populares**. Cad. Pesquisa; São Paulo, v. 38, n. 135, p. 701-707, dez 2008.

SAMPAIO, S.; SANTOS, G. **O conceito de afiliação estudantil como ferramenta para a gestão pedagógica da educação superior**. In: Conferência FORGES – Fórum do Ensino Superior nos Países e Regiões de Língua Portuguesa, 2ª, Macau, 2012.

SILVEIRA, M. **A Assistência Estudantil no Ensino Superior**: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras. 2012. 137 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Política Social, Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2012.